

# Queda na renda e tarifas em alta dificultam retomada do crescimento

Denise Neumann  
De São Paulo

O ex-sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva não poderá contar, no curto prazo, com a renda da população brasileira para fazer crescer o país que ele agora governa. O brasileiro chegou a 2002 com um rendimento mensal real quase 5% inferior ao do ano passado. Em cinco anos, a queda real já acumula 16%, quando se consideram os dados da pesquisa mensal que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realiza em seis regiões metropolitanas do Brasil.

Como se não bastasse a alta no preço do arroz e do feijão, a compra da cesta básica, do sapato e do agasalho disputa cada vez mais espaço com a conta de luz, de água, de telefone e da passagem de ônibus. Desde 1997 (quando o salário real iniciou sua trajetória de queda), os gastos com serviços públicos quase dobraram no orçamento familiar. No primeiro trimestre de 1997, essa parcela das despesas consumia, em média, 15% da renda familiar. Em 2003, as mesmas contas passaram a consumir 28% do orçamento familiar.

“A queda na renda é muito ex-

pressiva e faz com que o mercado interno não cresça. Sem um mercado interno consumidor, como as empresas terão escala para exportar?”, questiona Sérgio Mendonça, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). “Fazer crescer o mercado interno é um problema. E ele depende, basicamente, de recuperação da renda”, observa. Nas contas do Dieese, a queda do rendimento real na região metropolitana de São Paulo chega a expressivos 28%. “Não é possível fazer uma recuperação desta proporção em um ano”, pondera.

Nas contas do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), a queda na renda do trabalho reduziu em R\$ 11 bilhões/ano a renda destinada ao consumo entre os anos de 1998 e 2002. Por isso, há quatro anos está estagnado o consumo de bens semiduráveis, como calçados, roupas, móveis etc. Entre 1998 e 2002, a indústria de bens semi e não-duráveis não cresceu, enquanto a indústria de transformação conseguiu acumular um crescimento anual de 1,8%.

O economista Luis Afonso de Lima, do BBV Banco, lembra que o consumo das famílias repre-

senta 60% do Produto Interno Bruto (PIB). Por isso, a queda na renda afeta tão fortemente o crescimento da economia.

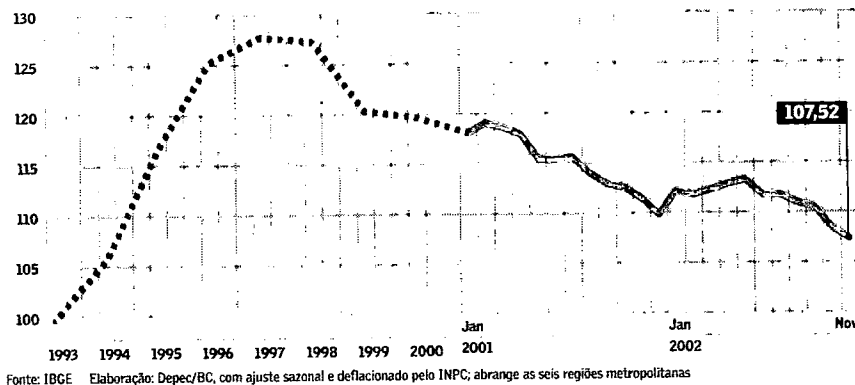
Em 2002, explica Lima, a produção física aumentou 1,4%. No mesmo período, o número de horas trabalhadas caiu 0,3%. “Isso significa que a produtividade do trabalhador aumentou, mas isso não foi transformado em salário, pois o salário real do trabalhador da indústria caiu 1,7%”, observa Lima. “Mesmo com aumento da produtividade, os assalariados estão sem poder de barganha para negociar reajuste”, acrescenta ele.

De acordo com dados do Dieese, em 2002 apenas 45% das categorias profissionais conseguiram recompor integralmente seus salários pela inflação passada por ocasião da data-base, segundo pior momento desde 1996, quando o levantamento começou a ser feito pela instituição.

Para o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa, a recuperação do consumo precisa vir não apenas de um aumento na renda per capita. Mais importante para combater a pobreza, defende, é alterar a brutal distribuição de renda do país.

## Renda em declínio

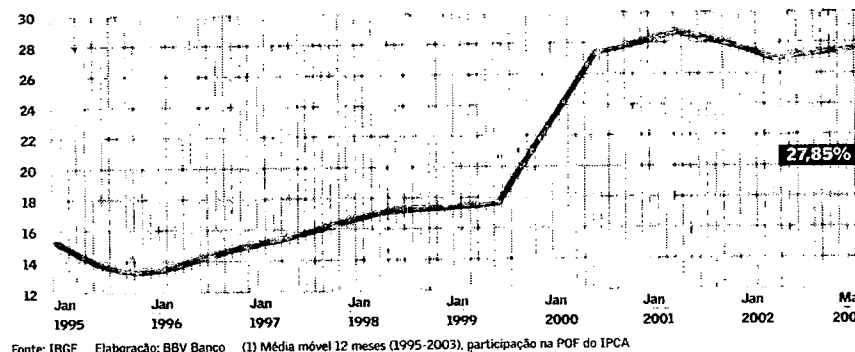
Evolução do rendimento médio real dos ocupados (1993=100)



Fonte: IBGE. Elaboração: Depec/BC, com ajuste sazonal e deflacionado pelo INPC; abrange as seis regiões metropolitanas

## Peso crescente

Participação dos gastos com produtos e serviços com preços administrados no orçamento familiar (1)



Fonte: IBGE. Elaboração: BBV Banco. (1) Média móvel 12 meses (1995-2003), participação na POF do IPCA

O Brasil, diz ele, não é um país pobre, mas desigual. Aqui, os 1% mais ricos detêm 12% da renda nacional. A mesma parcela de renda (12%) é também dividida entre os 50% mais pobres.

No país, explica Lisboa, 15% da população vivem em situação de extrema pobreza. Para reduzir

esse percentual para 5% do total, basta reduzir o grau de desigualdade em 10%, calcula Lisboa. Para alcançar o mesmo efeito com aumento da renda per capita seriam necessários 25 anos de um crescimento anual de 3% na renda per capita, explica o secretário. “Para reduzirmos a pobreza

não basta crescermos; é preciso também reduzir a desigualdade”, insiste o secretário.

Mendonça acha que há alternativas para melhorar o poder de consumo da população mesmo sem aumento dos salários. Uma delas é a redução dos impostos que incidem sobre a cesta básica.

16%

é a queda real acumulada do rendimento real do brasileiro nos últimos 5 anos. Em 2002, o rendimento real foi quase 5% menor do que em 2001

5%

é a participação atual das despesas com serviços como luz, água, telefone e passagem de ônibus no orçamento familiar. No primeiro trimestre de 1997, essa parcela das despesas consumia, em média, 15% da renda familiar